

MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA - RS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2023

MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA/RS LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2023 Tabela 05 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025				
PODER EXECUTIVO				
	2023	%	2024	2025
Valor Estimado para Gasto com Pessoal	19.044.272,96	38,97	26.621.852,32	31.123.553,80
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	26.386.182,00	54,00	30.750.200,70	33.804.003,66
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	25.066.872,90	51,30	29.212.690,66	32.113.803,48
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	23.747.563,80	48,60	27.675.180,63	30.423.603,29
PODER LEGISLATIVO				
	2023	%	2024	2025
Valor Estimado para Gasto com Pessoal	1.088.000,00	4,81	1.164.160,00	1.280.576,00
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.358.375,66	6,00	3.416.688,97	3.756.000,41
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.290.456,88	5,70	3.245.854,52	3.568.200,39
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.222.538,10	5,40	3.075.020,07	3.380.400,37

Fonte: Secretaria de Finanças - Setor de Contabilidade

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.